

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2017

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PUBLICOS MUNICIPAIS – PRESERV PARACATU – MG**

Dezembro de 2017



Maringá – PR., 13 de fevereiro de 2020.

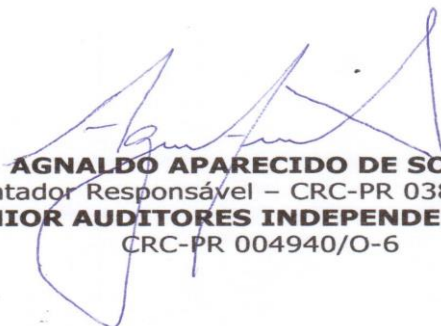
À
Diretoria do
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS –
PRESERV PARACATU – MG**
Paracatu – Minas Gerais

Prezados senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente, para apreciação e análise de Vs. Sas., **Relatório dos Auditores Independentes**, sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Colocamo-nos à disposição de Vs. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS –
PRESERV PARACATU – MG**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes.....	4 a 8
Balço Patrimonial.....	9
Balço Financeiro.....	10
Balço Orçamentário.....	11
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.....	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	13 a 17

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

À

Diretoria do

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – PRESERV PARACATU – MG

Paracatu – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – PRESERV PARACATU – MG**, que compreendem o balanço patrimonial, balanço financeiro, balanço orçamentário e o demonstrativo das variações patrimoniais em 31 de dezembro de 2017, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – PRESERV PARACATU – MG** em 31 de dezembro de 2017, para o exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Aplicações financeiras

Verificamos divergências de R\$ 1.777.610,52 a menor nas aplicações financeiras registradas no balanço do Instituto em 31/12/2017, em função da contabilização incorreta da conta de (-) Ajuste de Perdas Estimadas com Títulos e Valores Mobiliários.

Parcelamentos não reconhecidos na contabilidade

Identificamos que o valor de R\$ 12.663.998,38 referente aos saldos dos parcelamentos a receber junto a Prefeitura Municipal de Paracatu, Fundo Municipal de Saúde e Câmara Municipal de Paracatu não estavam reconhecidos contabilmente no ativo do Instituto.

Controle patrimonial

Em 31/12/2017 o Instituto não possuía conciliação e controle analítico dos bens patrimoniais, bem como, a depreciação contabilizada apresenta valores irrelevantes. Como consequência da falta de controle encontramos contabilizado como bens imóveis o valor de R\$ 66.644,68, porém, vale a pena destacar que o Instituto não possui imóvel próprio.

Compensação previdenciária

O Instituto não possui apurado, tão pouco contabilizado o valor referente a compensação previdenciária – COMPREV junto ao INSS.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações – Demonstrações Contábeis do Exercício Anterior

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 utilizadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas, sendo que emitimos em 13 de fevereiro de 2020 relatório de auditoria com ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido

de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

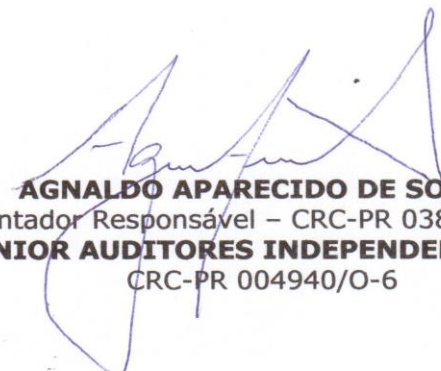
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá – Pr., 13 de fevereiro de 2020.



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro
Valores em reais

ATIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		101.763.313,17	83.545.709,28	Circulante		59.388,78	-
Caixa e equivalentes de caixa	04	20.213,97	43.921,99	Obrig.trab.,previd.e assist. a pagar	08	50.388,78	-
Créditos a curto prazo	05	59.388,92	0,14	Fornecedores e contas a pagar	09	9.000,00	-
Investimentos e aplicações temporárias	06	101.683.710,28	83.501.787,15				
Não circulante		248.291,28	202.727,02	Não circulante		95.823.279,10	8.624.368,51
Imobilizado	07	248.291,28	202.727,02	Provisões a longo prazo	10	95.823.279,10	8.624.368,51
				PATRIMÔNIO SOCIAL		6.128.936,57	75.124.067,79
				Resultados acumulados	11	6.128.936,57	75.124.067,79
Total do ativo		102.011.604,45	83.748.436,30	Total do passivo e patrimônio social		102.011.604,45	83.748.436,30

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
Balanco Financeiro em 31 de dezembro
Valores em reais

INGRESSOS	31/12/2017	31/12/2016	DISPÊNDIOS	31/12/2017	31/12/2016
Receita orçamentária	38.230.057,86	33.677.649,75	Despesa orçamentária	20.007.582,02	17.516.903,29
Ordinária	2.823,60	47.092,67	Ordinária	-	-
Vinculada	38.227.234,26	33.630.557,08	Vinculada	20.007.582,02	17.516.903,29
Recursos vinculados à Prev.Social - RPPS	38.227.234,26	33.630.557,08	Recursos destinados à Prev.Social - RPPS	20.007.582,02	17.516.903,29
Transferências financeiras recebidas	-	-	Pagamentos extraordinários	61.487.956,08	41.477.936,88
Para aporte de recursos para o RPPS	-	-	Depósitos restituíveis e valores vinculados	2.913.541,07	2.415.400,88
Recebimentos extraordinários	43.301.161,00	25.344.977,51	Outros pagamentos extraordinários	58.574.415,01	39.062.536,00
Depósitos restituíveis e valores vinculados	2.913.541,07	2.415.400,88	Saldo para o exercício seguinte	79.602,75	43.921,99
Outros recebimentos extraordinários	40.387.619,93	22.929.576,63	Caixa e equivalentes de caixa	20.213,97	43.921,99
Saldo do exercício anterior	43.921,99	16.134,90	Depósitos restituíveis e valores vinculados	59.388,78	-
Caixa e equivalentes de caixa	43.921,99	16.134,90			
Total dos ingressos	81.575.140,85	59.038.762,16	Total dos dispêndios	81.575.140,85	59.038.762,16

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
Balço Orçamentário em 31 de dezembro de 2017

Valores em reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
Receitas correntes	40.908.000,00	40.908.000,00	38.230.057,86	-2.677.942,14
Receitas de contribuições	27.957.000,00	27.957.000,00	28.575.992,72	618.992,72
Receitas patrimoniais	12.300.000,00	12.300.000,00	9.453.517,82	-2.846.482,18
Outras receitas correntes	651.000,00	651.000,00	200.547,32	-450.452,68
Total das receitas	40.908.000,00	40.908.000,00	38.230.057,86	-2.677.942,14

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas correntes	24.802.000,00	25.040.145,53	19.978.430,02	19.978.430,02	19.978.430,02	5.061.715,51
Pessoal e encargos sociais	22.204.000,00	22.425.073,01	19.643.017,13	19.643.017,13	19.643.017,13	2.782.055,88
Outras despesas correntes	2.598.000,00	2.615.072,52	335.412,89	335.412,89	335.412,89	2.279.659,63
Despesas de capital	590.000,00	351.854,47	29.152,00	29.152,00	29.152,00	322.702,47
Investimentos	220.000,00	220.000,00	29.152,00	29.152,00	29.152,00	190.848,00
Inversões financeiras	370.000,00	131.854,47	-	-	-	131.854,47
Reserva do RPPS	15.516.000,00	15.516.000,00	-	-	-	15.516.000,00
Total das despesas	40.908.000,00	40.908.000,00	20.007.582,02	20.007.582,02	20.007.582,02	20.900.417,98
Superávit	-	-	18.222.475,84	-	-	-18.222.475,84
Total	40.908.000,00	40.908.000,00	38.230.057,86	20.007.582,02	20.007.582,02	2.677.942,14

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
Demonstrativo das Variações Patrimoniais em 31 de dezembro

Valores em reais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)	31/12/2017	31/12/2016
Contribuições	28.575.992,72	23.323.574,08	Pessoal e encargos	2.291.931,29	2.235.565,84
Contribuições Sociais	28.575.992,72	23.323.574,08	Remuneração a pessoal	428.873,20	246.926,53
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	9.651.241,54	10.306.983,00	Encargos patronais	66.404,62	40.227,03
Juros e encargos de mora	197.723,72	254.447,00	Benefícios a pessoal	1.796.653,47	1.935.542,28
Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	9.453.517,82	10.052.536,00	Outras variações patrimoniais diminutivas	-	12.870,00
Transferências e delegações recebidas	-	-	Benefícios previdenciários e assistenciais	17.401.474,62	14.997.177,08
Transferências intragovernamentais	-	-	Aposentadorias e reformas	14.426.018,03	12.335.051,52
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	2.557,90	-	Pensões	2.975.456,59	2.662.125,56
Reavaliação de ativos	2.553,90	-	Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	283.844,15	216.763,93
Ganhos com incorporação de ativos	4,00	-	Uso de material de consumo	18.527,54	17.099,16
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	25.336.443,43	387.455.033,38	Serviços	257.496,57	197.291,75
Reversão de provisões e ajustes de perdas	25.333.619,83	263.500.600,01	Depreciação, amortização e exaustão	7.820,04	2.373,02
Diversas variações patrimoniais aumentativas	2.823,60	123.954.433,37	Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	64.349,63	-
			Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste p/perdas	64.349,63	-
			Outras variações patrimoniais diminutivas	112.541.530,42	376.288.583,95
			Constituição de provisões	112.532.530,42	324.767.907,41
			Diversas variações patrimoniais diminutivas	9.000,00	51.520.676,54
Total das VPA	63.566.235,59	421.085.590,46	Total das VPD	132.583.130,11	393.738.090,80
Total variações patrimoniais			Total variações patrimoniais	-69.016.894,52	27.347.499,66

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS –
PRESERV PARACATU – MG**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em reais)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu-MG, inscrito no CNPJ 04.813.860/0001-03, foi criado pela Lei nº 2.403 de 07 de novembro de 2001, visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreendem um conjunto de benefícios que atendam a subsistência nos eventos de aposentadoria e pensão. São segurados do RPPS o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Autarquias e Fundações Municipais.

02 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – PRESERV PARACATU – MG** foram elaboradas em observância:

- Lei nº 4.320/64;
- Lei nº 9717/98;
- Lei Complementar nº 101/00;
- Portarias e Instruções Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional, sendo Resolução CMN nº 3790/2009, alterada pela Resolução CMN nº 3922/2010;
- Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis as entidades do Setor Público; e
- Portaria MPAS nº 95/07, que alterou os anexos I, II, III e IV da Portaria nº 916/03.

2.2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em novembro de 2019.

03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração de resultado

As receitas e despesas foram contabilizadas segundo a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Federal nº 9.717/98, portarias e as Normas Brasileiras de Contabilidade, Portaria MPAS nº 95/07, que alterou a Portaria 916/03.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da empresa, exceto quando indicado de outra forma.

c) Ativos circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva, depreciação e ou amortização.

A depreciação dos bens do imobilizado é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens.

- **Demais ativos circulante e não circulante**

São apresentados ao valor líquido de realização.

d) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

f) Taxa de administração

Na Forma das determinações contidas na Lei de sua criação, os recursos do RPPS são destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários e da taxa de Administração fixada em 2%, destinada a manutenção do Instituto.

g) Das alíquotas das contribuições patronal e dos servidores

No exercício de 2016, as contribuições previdenciárias foram de 11% para o Servidor e 17,10% de obrigações patronais, sendo previsto contribuição complementar para a cobertura do déficit atuarial no valor de R\$ 5.136.808,02 no ano de 2016.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição na data base era a seguinte:

Conta corrente	31/12/2017	31/12/2016
CEF - Conta previdenciária	20.213,97	43.921,99
Total	20.213,97	43.921,99

05 – INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS

O valor de R\$ 59.388,92 refere-se a depósitos judiciais.

06 – INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS

A composição na data base era a seguinte:

Aplicação	31/12/2017	31/12/2016
FI Caixa Brasil Tit.Públ.RF Longo	62.889.833,95	43.751.312,74
FI Brasil 2024 II TP RF	6.544.350,00	6.364.750,00
Caixa FI Brasil ref.Longo prazo	-	14.701.206,09
Caixa FI Brasil IDKA IPCA 2a	8.099.237,80	7.209.476,90
Caixa FI Brasil IMA-B Tit	19.558.215,59	11.475.041,42
Caixa FI Brasil IMA-B5 TP RF	4.592.072,94	-
Total	101.683.710,28	83.501.787,15

07 – IMOBILIZADO

A composição na data base era a seguinte:

Bem	31/12/2017	31/12/2016
Bens de informática	24.689,80	1.650,00
Móveis e utensílios	42.287,96	13.769,46
Materiais culturais, educ.e de com.	1.872,00	-
Veículos	54.350,00	54.350,00
Demais bens móveis	68.639,90	68.685,90
Bens imóveis	66.644,68	66.644,68
(-) Depreciações acumuladas	-10.193,06	-2.373,02
Saldo líquido de imobilizado	248.291,28	202.727,02

08 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSIST.A PAGAR

O valor de R\$ 50.388,78 refere-se a precatórios de benefícios previdenciários.

09 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

O valor de R\$ 9.000,00 refere-se a obrigações com fornecedores a pagar.

10 – PROVISÕES A LONGO PRAZO

A composição na data base era a seguinte:

Conta	31/12/2017	31/12/2016
Aposentadorias/pensões/outras benefícios concedidos do plano	160.032.149,62	72.372.376,71
(-) Contribuições do ente para o plano previdenciário do RPPS	-	-
(-) Contribuições do aposentado para o plano previdenciário do RPPS	-752.953,48	-788.295,57
(-) Contribuições do pensionista para o plano previdenciário do RPPS	-218.756,09	-195.357,51
(-) Compensação previdenciária do plano previdenciário do RPPS	-331.459,86	-8.685.542,45
Aposentadorias/pensões/outras benefícios a conceder do plano	398.247.766,55	314.875.795,89
(-) Contribuições do ente para o plano previdenciário do RPPS	-68.936.173,41	-51.517.746,61
(-) Contribuições do ativo para o plano previdenciário do RPPS	-48.089.286,89	-35.043.711,19
(-) Compensação previdenciária do plano previdenciário do RPPS	-55.293.784,50	-18.892.547,75
Plano previdenciário - plano de amortização	-288.834.222,84	-263.500.603,01
Total	95.823.279,10	8.624.368,51

11 – RESULTADOS ACUMULADOS

A composição na data base era a seguinte:

Conta	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do exercício	18.222.475,84	27.347.499,66
Resultados de exercícios anteriores	-12.093.539,27	47.776.568,13
Total	6.128.936,57	75.124.067,79
